



ARTIGOS - ARTICLES

A gramática da história: Wittgenstein, a pragmática da linguagem e o conhecimento histórico

Mauro Lúcio Leitão Condé¹

Professor Titular do Departamento de História
Universidade de Minas Gerais
mauroconde@ufmg.br

Como citar este artigo: CONDÉ, M.L.L. “A gramática da história: Wittgenstein, a pragmática da linguagem e o conhecimento histórico”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 1-10. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Inspirado nas noções de gramática e pragmática da linguagem de Wittgenstein, a proposta desse artigo é apresentar a ciência da história como uma “gramática”. Talvez o sentido geral da noção de gramática do segundo Wittgenstein pudesse ser expresso da seguinte forma: o que é lógico ou racional está expresso nas regras da gramática de nossos comportamentos sociais. O que é lógico ou não é dito pela gramática. Podemos estender essa concepção de racionalidade gramatical de Wittgenstein para a ciência da história que em seu *modus operandi* também pode ser entendida como uma gramática. Essa “gramática da história” – como uma caracterização da racionalidade científica que insere sentido aos processos históricos – pode ser concebida como uma “teoria da história” que compreende tais processos históricos como uma “teia”, uma rede flexível e multidirecional de linguagens, práticas e interações sociais que se estende por meio de “semelhanças de família”. Essa rede gramatical não se propõe a fornecer “uma” inteligibilidade total e completa de uma “grande narrativa” do mundo, mas simplesmente proporcionar a compreensão de nossa condição de seres inseridos na gramaticalidade de nossa própria história, ainda que nossa gramática compartilhe “semelhanças de família” com outras gramáticas.

Palavras-chave: Conhecimento Histórico, Teoria da História, Gramática, Pragmática da Linguagem, Wittgenstein, Gramática da História.

The grammar of history: Wittgenstein, the pragmatics of language and historical knowledge

Abstract: Inspired by Wittgenstein’s notions of grammar and pragmatics of language, the purpose of this article is to present the science of history as a “grammar”. Perhaps the general meaning of the notion of grammar of the later Wittgenstein could be expressed as follows: what is logical or rational is expressed in the rules of the grammar of our social behaviors. What is logical or not is said by the grammar. We can extend Wittgenstein’s conception of grammatical rationality to the science of history which in its *modus operandi* can also be understood as a grammar. This “grammar of history” – as a characterization of scientific rationality that inserts meaning into historical processes – can be conceived as a “theory of history” that understands historical processes as a “web”, a flexible and multidirectional network of languages, practices, and interactions that extends through “family resemblances”. This grammatical network is not intended to provide a “complete” intelligibility of a “grand

narrative” of the world, but simply to provide an understanding of our condition as beings inserted in the grammaticality of our own history, even though our grammar shares “family resemblances” with other grammars.

Keywords: Historical Knowledge, Theory of History, Wittgenstein, Grammar, Pragmatics of language, Grammar of History.

I. Introdução

Em suas *Investigações Filosóficas*, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) comenta uma passagem de Santo Agostinho sobre a questão do tempo, “o que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; se quiser explicar a quem me pergunta, já não sei” (Wittgenstein 1979 [1953], § 90), para concluir que nossa compreensão sobre o tempo reside, essencialmente, em um aspecto filosófico e não propriamente, como poderia sugerir a passagem de Agostinho, em uma perspectiva científica que procura estabelecer considerações sobre a duração do tempo: passado, presente e futuro. Para Wittgenstein, não refletimos sobre o fenômeno do tempo em si, mas sobre as “possibilidades” do fenômeno do tempo, isto é, sobre o modo como o qualificamos a partir de nossa linguagem e inserção social.

É como se devêssemos *desvendar* os fenômenos: nossa investigação, no entanto, dirige-se não aos fenômenos, mas, como poderíamos dizer, às ‘possibilidades’ dos fenômenos. Refletimos sobre *o modo das asserções* que fazemos sobre os fenômenos. Nossa consideração é, por isso, gramatical. (Wittgenstein 1979 [1953], § 90)

Com efeito, pensar a questão da temporalidade não se resume, sobretudo, a pensar o fenômeno físico do tempo, mas, fundamentalmente, pensar o que, em uma perspectiva wittgensteiniana, poderíamos compreender como uma “gramática do tempo” ou dos processos que se dão no tempo, isto é, uma “gramática da história”.

Contudo, fazer esse exercício de analisar as possibilidades interpretativas da história a partir da obra do pensador austríaco não foi algo que historiadores e filósofos da história consideraram como uma tarefa muito frutífera. Como sabemos, Wittgenstein não foi um filósofo da história e influenciou relativamente pouco ou quase nada a reflexão sobre a ciência da história.² Não foi nem mesmo um filósofo de uma tradição dialética, mas, talvez, o mais alto representante de uma tradição analítica que se consolidou no mundo britânico, onde a sua filosofia floresceu, em certa medida, exatamente como uma possibilidade de contraposição à tradição dialética, hermenêutica ou fenomenológica. Como bem já demarcou a história da filosofia contemporânea, a filosofia da ilha se contrapõe à filosofia do continente. Contudo, ainda que o fenômeno da temporalidade ou da historicidade tenha uma importante perspectiva filosófica que possa estar longe do centro das preocupações do autor das *Investigações Filosóficas*, é possível pensar alguns aspectos da história a partir da obra de maturidade de Wittgenstein. Para tal, como assinalado, precisamos compreender em que medida a ciência da história (teoria da história) é um processo de compreensão das variadas possibilidades gramaticais das

múltiplas interações sociais que se constituem em torno do fenômeno do tempo. Explicitar, em linhas gerais, no que isso consiste é o objetivo desse artigo.

Um primeiro ponto a destacar é que a utilização da filosofia da linguagem de Wittgenstein para compreender a história nos impõe um tipo de ontologia minimalista e dinâmica ou uma ontologia “deflacionada” que se contrapõe às tradicionais teses filosóficas sobre a história (*à la* Kant, Hegel, Marx, Comte, etc.) – atualmente não mais praticadas pelos historiadores e filósofos da história. Essa ontologia minimalista sinaliza muito mais para o aspecto da contingência pontual de um dado tempo histórico, ainda que com suas complexas redes e ramificações pragmáticas e gramaticais, pouco afeito a grandes sínteses metafísicas ou a afirmação de meta-narrativas. Entretanto, por outro lado, ainda que a obra de Wittgenstein possa permitir compreender a racionalidade da singularidade de um dado tempo histórico a partir da análise de tais intrincadas interações pragmáticas e gramaticais de um tempo histórico contingente, isso não implica necessariamente em assumir o relativismo. Relativismo seria se esse tempo histórico fosse absolutamente fechado em si, isto é, relativo a si próprio, sem conexões com seu passado, presente e horizonte de futuro ou ainda a qualquer contato com outras culturas e sociedades. Mas basta uma primeira análise de qualquer história para vermos que sempre há continuidades e rupturas em qualquer tempo histórico que, assim, se conecta não apenas com a sua própria história, mas abre uma porta para se conectar com outras histórias, com outras sociedades. Enfim, na maioria das vezes, encontramos, como poderíamos dizer em uma perspectiva wittgensteiniana, “semelhanças de família” (Wittgenstein 1979 [1953], § 67) de um tempo histórico consigo mesmo em seu passado, presente e horizonte de futuro, como também é plenamente possível confrontar essa cultura particular com outros diferentes tempos históricos, ou com outras diferentes culturas e sociedades. Enfim, historicidade não é sinônimo de relativismo.

Adotar um tipo de postura ontológica minimalista ou deflacionária é, antes de qualquer coisa, evitar teses metafísicas ou a busca de essências transcendentais. Diante do constante perigo imposto pela metafísica embutida nas filosofias da história tradicional, seria possível utilizar as noções wittgensteinianas para uma compreensão mais eficaz dos processos históricos construindo muito mais uma metodologia que nos permita criar compreensões sobre os processos históricos do que propriamente construindo uma “tese sobre a história”. Assim, em uma perspectiva wittgensteiniana, não se trata de captar a essência metafísica de um tempo histórico, mas de compreender sua abrangência ou extensão. Processos históricos estão relacionados em uma longa e abrangente cadeia de interações de seus múltiplos eventos. Diante de fenômenos com tamanho grau de complexidade nos falta a “visão panorâmica” (*Übersichtlichkeit*) (Wittgenstein 1979 [1953], § 122), como explicitado por Wittgenstein. E é nesse sentido que não se trata propriamente de uma profundidade, de uma essência que se encontra muito longe da superfície, mas de uma complexa rede de interações que se estende de modo demasiadamente amplo para que possamos ter de imediato sua compreensão. Somos engolidos pela amplitude do processo histórico, pois nos falta visão panorâmica para alcançar cada rincão de nossas vivências e memórias históricas.

No que se segue, inicialmente, no sentido de situar a obra de Wittgenstein, tecerei algumas considerações sobre seu pensamento de maturidade. Na sequência, procurarei mostrar como a sua filosofia da linguagem pode constituir as bases de um modelo de racionalidade para, na última parte, mostrar que essa racionalidade, quando aplicada à história, constitui o que aqui chamo de “gramática da história”.

II. A filosofia da linguagem de Wittgenstein

Em sua obra de maturidade, sobretudo representada pelas *Investigações Filosóficas*,³ Wittgenstein reconsidera as concepções de linguagem e de lógica defendidas por ele em sua obra de juventude, o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Em sua segunda filosofia – daí comumente a expressão segundo Wittgenstein – , nosso autor entende que abordar a linguagem na perspectiva do logicismo seria agora uma atitude vista como reducionista perante as muitas funções que a linguagem apresenta (Wittgenstein 1979 [1953], § 23). Assim, a partir dessa crítica à sua própria filosofia de juventude e às concepções logicistas de linguagem ali defendidas, Wittgenstein formula uma nova filosofia da linguagem. E é essa segunda filosofia wittgensteiniana que pode ser usada como uma nova forma de entender o funcionamento da racionalidade científica. Consequentemente, também a ciência da história, ou aqui a “gramática da história”.

A ideia de uma gramática da história baseia-se, em particular, nas noções de “gramática” e “pragmática da linguagem” de Wittgenstein. Portanto, ainda que o pensador austríaco não tenha refletido primariamente sobre a história, mas sobre a linguagem, encontramos elementos que podem nos ajudar a estabelecer uma teoria da história para responder vários problemas de natureza epistemológica na escrita da história. O ponto central de uma narrativa histórica wittgensteiniana se estabelece no fato de a linguagem, para o Wittgenstein de maturidade, não ser vista essencialmente como uma “representação” do mundo, mas, mais que isso, como uma “interação” dos homens entre si e o mundo, isto é, ele abandona uma posição meramente semântica, formal e representativa presente em sua obra de juventude para abraçar uma perspectiva pragmática, social e interativa. Essa mudança de eixo do entendimento da linguagem nos permite vislumbrar parâmetros de compreensão da história e da construção de sua escrita que foge tanto de concepções relativistas, por um lado, quando positivistas, por outro.

A nova abordagem pragmática de Wittgenstein baseia-se em noções como as de “significado como uso” e “jogos de linguagem”. Segundo nosso autor, os usos que fazemos da linguagem em diferentes contextos, situações e eventos imprimem significados em nossas expressões, isto é, “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein 1979 [1953], § 43). Este aspecto pragmático, isto é, a consideração da importância de nossas ações concomitantes aos nossos usos das palavras e expressões em diferentes situações e contextos em que elas aparecem, conduziu Wittgenstein a formular a noção de “jogos de linguagem” (*Sprachspiele*). Com efeito, esta noção envolve não apenas palavras, mas também as atividades e contextos com os quais essas expressões estão interligadas (Wittgenstein 1979 [1953], § 7).

Assim como algumas características aparecem e desaparecem de um jogo para outro, o mesmo ocorre entre os jogos de linguagem. Nos múltiplos e variados jogos de linguagem, as únicas conexões que eles possuem são como que as similaridades entre os membros de uma família. Os jogos de linguagem são similares uns com os outros de variadas formas, e é devido a essas similaridades ou “semelhanças de família” (*Familienähnlichkeiten*) que esses diferentes jogos são chamados de jogos de linguagem (Wittgenstein 1979 [1953], §§ 65-7).

No entanto, embora o uso de uma palavra em um jogo de linguagem forneça o seu significado, essa não é uma prática indiscriminada. Apesar de relativamente livre, o uso é regido por regras que distinguem o uso correto do uso incorreto das palavras nos diferentes contextos. Para o pensador austríaco, o conjunto das diferentes regras compõe a gramática, isto é, a gramática é constituída como um conjunto de todas as regras que é formado a partir dos múltiplos e variados jogos de linguagem. Estas regras não são apenas regras linguísticas, mas também regras pragmáticas, isto é, elas envolvem ações (Wittgenstein 1979 [1953], § 7). São regras de usos das palavras em contextos específicos de ações e interações sociais. São regras de comportamento. No conjunto de tais regras há um aspecto dinâmico, o que cria um fluxo contínuo de múltiplas conexões, estabelecendo, por fim, a gramática, enquanto o conjunto de todas as regras.⁴ Com efeito, para além dos aspectos sintáticos e semânticos da gramática – como ocorria no *Tractatus Logico-Philosophicus* –, aspectos pragmáticos também são incorporados porque a gramática necessariamente emerge dessas práticas sociais. Uma regra só pode ser eficaz, enquanto regra, na medida em que se insere em uma práxis social. Na realidade, essa regra apenas faz sentido no contexto dessa práxis social. A gramática é um produto social. Da mesma maneira que o uso afeta uma regra, a regra determina se o uso está correto ou não. No entanto, como a gramática é um conjunto de regras que está em aberto, novas regras podem ser adicionadas ou velhas regras alteradas.

A noção de gramática no segundo Wittgenstein tem, assim, algumas características principais das quais, possivelmente, a mais importante é exatamente a de considerar a regra como um produto da práxis social. Com base nesse importante ponto, segue-se que a regra é uma convenção social que surge da prática social e, portanto, poderia ser diferente se essa práxis fosse outra (ou poderia ser mudada de uma sociedade ou forma de vida (*Lebensform*) para outra). A regra como uma “invenção” ou uma criação social não reflete nenhum tipo de essência transcendental. Ela é uma criação “arbitrária” que dependeu apenas dos diferentes e variados *modus operandi* das interações sociais e, nesse sentido, é uma “invenção”. No entanto, a regra não pode ser completamente arbitrária porque ela deve manter a sua coerência com todas as outras regras e práticas inseridas nos jogos de linguagem, isto é, com o restante da gramática como um todo, pois “se o que é regra se torna exceção e a exceção, regra; ou se as duas se tornassem fenômenos de frequência mais ou menos igual – então nossos jogos de linguagens normais perderiam seu sentido” (Wittgenstein 1979 [1953], § 142).

Portanto, as regras que formam nossa gramática vêm de nossos “padrões” de comportamento, de nossos hábitos, costumes e instituições (Wittgenstein 1979 [1953], §§ 142, 199, 202, 226, 227). Quando entendemos a regra como o produto de um jogo de linguagem, podemos concluir pelo caráter operante da regra. Seguir uma regra é uma operação – este é o

caráter pragmático da regra. “Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica” (Wittgenstein 1979 [1953], § 199). Este não é um processo mental isolado. “Seguir a regra’ é uma práxis. E acreditar seguir a regra não é seguir a regra. E daí não podemos seguir a regra ‘privadamente’; porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra” (Wittgenstein 1979 [1953], § 202).

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein distingue dois níveis da gramática: a “gramática de superfície” (*Oberflächengrammatik*) e a “gramática profunda” (*Tiefengrammatik*) (Wittgenstein 1979 [1953], § 664). A gramática de superfície aborda as características específicas de expressões sem ter em conta o contexto gramatical e social geral em que essas expressões são geradas. Por outro lado, a gramática profunda é uma gramática na qual as regras do uso da linguagem são engendradas em sua relação com todo o conjunto de regras.⁵ Por fim, é importante observar que, para Wittgenstein, a gramática se constitui em uma forma de vida, o que poderíamos entender como a cultura ou a sociedade. Sem a forma de vida não haveria gramática. Por sua vez, a gramática orienta as diferentes práticas no interior de uma forma de vida. Concluímos, assim, que a gramática fornece a “costura” que molda uma forma de vida, isto é, estabelece a racionalidade no interior dessa forma de vida dizendo o que está certo e o que está errado para ambas.

Dito de outro modo, assim como em um jogo de linguagem, em cujo contexto de prática são geradas as várias expressões linguísticas e seus significados, a gramática, enquanto somatória das múltiplas regras e dos múltiplos jogos de linguagem, ao gerar esses significados gera racionalidade. Sendo mais abrangente, a gramática profunda (ou panorâmica) leva em consideração não apenas os aspectos específicos de um determinado jogo de linguagem, mas tudo o que está envolvido na prática da linguagem: usos, ações, produção de regras, enfim, múltiplos jogos de linguagem. A racionalidade é produto desse processo. Talvez o sentido geral da noção de gramática em Wittgenstein pudesse ser expresso da seguinte forma: a racionalidade ou a lógica está expressa nas regras da gramática. Cada possibilidade lógica é gramatical.

Nas *Investigações Filosóficas*, a gramática possibilita a lógica. Mais que isso, a gramática é a própria lógica. É nesse sentido que a gramática nos diz o que é lógico, isto é, o que está dentro e o que está fora dos limites do sentido. “Portanto, depende inteiramente de nossa gramática o que é (logicamente) possível e o que não é” (Wittgenstein 1979 [1953], § 520). Como consequência mais imediata, a racionalidade é, antes de tudo, gramatical. Com efeito, é nesse sentido que, ao considerar a gramática como o conjunto de todas as normas erigidas a partir da interação entre a linguagem e as ações de um modo regular, determinamos aí o que é racional e o que não é. Da mesma forma, a lógica ou a racionalidade de um processo histórico é dado por sua gramática.

III. A gramática da história

Na medida em que a constituição da gramática em uma forma de vida – com suas múltiplas interações sociais e culturais – é um processo que se dá no tempo, a gramática é

essencialmente histórica (visto também que, enquanto um mecanismo dinâmico e aberto, ela está constantemente se modificando). A gramática é um sistema histórico e social que aparece como um tipo peculiar de sistema que tem como um dos seus principais aspectos uma perspectiva “holística”, embora não seja um sistema metafísico “totalizante”. Ao contrário da ideia de uma representação ou elaboração de uma narrativa positivista e neutra, uma teoria da história de inspiração wittgensteiniana, do modo como salientado, não se constitui a partir de uma estrutura hierárquica ou de uma ordem metafísica a priori. Pelo contrário, ela é vista como uma “teia”, uma rede flexível e multidirecional que se estende por meio de semelhanças de família (Wittgenstein 1979 [1953], §§ 67, 77, 108). Não é totalizante porque, além de não ter um fundamento último, não se propõe a fornecer “uma” inteligibilidade total e completa do mundo, como se todas as visões de mundo devessem convergir umas para as outras. No entanto, é holística, pois apresenta uma visão panorâmica do mundo, constituindo um tipo de sistema aberto e descentralizado no qual a racionalidade não está baseada em nenhum lugar especial privilegiado, mas, em vez disso, é configurada a partir das múltiplas relações dentro do sistema. Podemos estender essa concepção de racionalidade linguística de Wittgenstein para nosso entendimento dos processos históricos. A ciência da história, em seu *modus operandi*, também é um tipo de gramática. Essa “gramática da história” pode ser concebida como uma teoria da história.

Com efeito, ao contrário de teorias da história que afirmaram a descrição dos fatos ou visões de mundo metafísicas, em uma perspectiva wittgensteiniana, não se trata de compreender as narrativas históricas de um fato, essencialmente, a partir de sua descrição ou positividade, ou ainda inteligibilidade metafísica, mas, sobretudo, a partir de sua dinâmica gramatical. Como observado no início desse artigo, não se trata de abordar o fenômeno (histórico), mas as “possibilidades” gramaticais do fenômeno (histórico). Possibilidades gramaticais essas que não são pressupostos metafísicos, mas fruto de interações sociais e históricas.

A gramática da história segue um pressuposto básico de toda e qualquer teoria da história, qual seja, o de admitir que embora a história seja um processo que remete ao seu passado (de certo modo à sua possibilidade de horizonte futuro), isso não nos impede de, no presente, estabelecer entendimentos sobre as tramas tecidas da história. Mas, para a gramática da história, certamente, não se trata com isso de compreender o *telos* dos acontecimentos, mas tão somente de entender o sentido da experiência histórica do que foi vivido no tempo, compreender como essa temporalidade constituiu seus valores históricos na trama de seus acontecimentos, isto é, como ela estabeleceu suas regras gramaticais de comportamentos.

Dito de outro modo, se entendido como uma gramática, a ciência da história nos permite estabelecer uma inteligibilidade nos processos históricos a partir da compreensão das regras gramaticais que balizaram os acontecimentos, ainda que jamais possamos predeterminar inexoravelmente a seta do fluxo dos acontecimentos. Nesse sentido, a gramática da história é uma “compreensão” e não uma “explicação”, como estabelecido pela hermenêutica de Dilthey.

Embora seja um sistema autônomo, a gramática da história não é fechada como em um sistema de relativismo extremo, uma vez que ela permanece aberta para outros sistemas de

pensamento (outras gramáticas). Não é apenas através da possibilidade de utilizar o conceito de gramática em muitas áreas (gramática de cores, usos etc.), mas também através da associação da gramática com a noção de instituições formulada pelo filósofo austríaco – instituições do dinheiro (Wittgenstein 1979 [1953], § 584); da escrita e leitura (Wittgenstein 1979 [1953], § 156); do sistema de medidas (Wittgenstein 1979 [1953], § 50) etc. – que podemos pensar a própria instituição da história como uma gramática, isto é, a história como uma instituição enquanto um conjunto de regras e práticas que encerram em si sua racionalidade, ainda que esteja aberta para se conectar com outras gramáticas. Em outras palavras, como a gramática, a história tem os seus valores em si e, nesse sentido, sua autonomia. Uma gramática histórica sempre descreve um processo peculiar mesmo que ela tenha “semelhanças de família” com outras gramáticas históricas, isto é, mesmo que seja contingente com suas regras próprias, uma gramática história pode ir além dessa contingência apresentando semelhanças de famílias entre suas instituições e mesmo potencialmente com as instituições de outras gramáticas (culturas e sociedades).

Com efeito, a gramática da história é o aparato histórico ou o “sistema de referência” (*Bezugssystem*) (Wittgenstein 1979 [1953], § 206) que nos situa historicamente. Comportamentos sociais e linguísticos estruturam nossas práticas cognitivas no contexto particular de uma forma de vida, a partir de onde lidamos com eventos sociais e naturais constituindo nesse processo nossa historicidade. É nesse sentido que essa gramática situada no espaço e no tempo é algo análogo ao que Wittgenstein chamou de “forma de vida”. Entretanto, diferentemente do modo como entendem algumas interpretações da obra de Wittgenstein, uma forma de vida não está fechada a outras. Ao contrário, como já assinalado, ela interage com outras possibilidades de práticas sociais ou outras formas de vida, com mais ou menos conexões. Pela gramática da história podemos estabelecer aproximações, comparações, confrontações, etc., com outras gramáticas históricas ou formas de vida. A partir de nossa forma de vida estabelecemos nosso “sistema de referência” para compreender outras formas de vida, compartilhamos semelhanças de famílias em muitas de nossas práticas e instituições. A partir de nossa gramática histórica encontramos, assim, uma possibilidade de entendimento de outras gramáticas históricas. Evidentemente, as formas históricas sendo peculiares não podemos querer que, a partir de nossa gramática histórica, possamos compreender de modo anacrônico a totalidade de outras gramáticas, ainda que possamos estabelecer pelas semelhanças de família alguma inteligibilidade sobre elas.

Existem rupturas e continuidades entre os diferentes tempos históricos como, por exemplo, as existentes entre o feudalismo e o capitalismo. Ainda que várias instituições (do dinheiro, da escrita, da leitura, da religião, etc.) presentes no feudalismo possam ter semelhanças de família com o capitalismo, apenas no interior das emergentes relações capitalistas, isto é, da gramática histórica do capital, é que passamos a encontrar novos valores sociais como “individualismo”, “concorrência”, “lucro”, “mobilidade social” e o novo modo de produção com sua nova divisão do trabalho. Contudo, uma gramática da história não nos leva necessariamente a afirmar o “porquê” de o capitalismo ter surgido – por mais que elenquemos as condições necessárias para isso –, mas tão somente inferir “como” suas regras

gramaticais de operação se instituíram. Não se trata de buscar o *telos* da história, mas seu modo de evolução em termos muito próximo ao que Darwin estabeleceu com a sua ideia de evolução. Não um processo rumo a algo, mas vindo de algo.

Boa parte das questões colocadas pelas filosofias da história tradicionais desde Santo agostinho são, na realidade, questões que buscaram um porquê metafísico e teleológico da história e não um “como” gramatical. Esse porquê, ainda que possa ter sua legitimidade hermenêutica, acabou sendo, na maioria das vezes, uma metafísica vazia sem um compromisso explicativo efetivo dos processos históricos. Uma gramática da história não busca um porquê, mas um “como” se constituíram as regras de um tal processo histórico em suas circunstâncias políticas, sociais, econômicas, etc., enfim, do contexto em que os eventos ocorreram.

Contudo, para entender a história, é preciso criar as instituições e os mecanismos dessa consciência histórica. Da mesma forma que Wittgenstein salienta que não se pode jogar xadrez sem a instituição do jogo de xadrez, ou medir sem a instituição da medição, seria impossível também entender a história sem algum mecanismo de compreensão da institucionalização das práticas sociais, hábitos e costumes que constroem a historicidade. Esses mecanismos são as diversas configurações que vão desde o mito até a mais refinada e complexa teoria da história possível. Sejam conscientes ou não disso, as diferentes explicações da história (independente de seu grau de complexidade), apenas são possíveis enquanto instituições gramaticais.

Ao tentar compreender o processo histórico, a filosofia da história tradicional e a gramática da história inspirada em Wittgenstein respondem, de certo modo, as mesmas questões, porém, de diferentes perspectivas: uma com base na metafísica do porquê os fatos históricos ocorreram e a outra do “como” gramatical esses mesmos fatos aconteceram, isto é, a gramática da história nos mostra o modo “como” conhecimentos e práticas se institucionalizam dentro de certo contexto histórico (forma de vida), mas tem pouco a dizer sobre as motivações, os acasos, etc. que conduziram esses fatos. Ainda que essa gramática da história tenha essas limitações, talvez, nunca nenhuma teoria da história possa nos dar respostas categóricas a esses “porquês” (sem serem teleológicas e metafísicas) e tenhamos que nos contentar com a compreensão do “como” se engendrou um determinado conjunto de regras gramaticais que ajudaram a dar forma a um momento histórico.

IV. Considerações finais

A linguagem e as práticas sociais, como posto por Wittgenstein, se processam e se organizam por meio dos jogos de linguagem e sua gramática a partir de onde vemos o mundo. A gramática nos diz o que o mundo é. “Que espécie de objeto alguma coisa é, é dito pela gramática” (Wittgenstein 1979 [1953], § 373). Enfim, se existe alguma essência possível, “a essência está expressa na gramática” (Wittgenstein 1979 [1953], § 371). A “essência” da compreensão histórica é circunscrita por sua gramática. Ela é nesse sentido uma convenção e nunca uma essência metafísica. Para Wittgenstein, a busca pela essência é sempre uma busca pela convenção estipulada pela gramática.

Em uma perspectiva wittgensteiniana, podemos entender a sociedade como o conjunto de complexos mecanismos institucionais onde operam as diferentes e variadas gramáticas: gramática da história, gramática da ciência, da arte, da filosofia, da religião etc., em que essas múltiplas gramáticas interagem entre si no todo da sociedade ou de uma forma de vida. No entanto, ainda que haja sobreposições ou “semelhanças de famílias” entre essas várias gramáticas cada uma em si tem sua autonomia dada pelas suas próprias regras. Com efeito, podemos afirmar que, para a perspectiva pragmática wittgensteiniana, a gramática da história tem sua autonomia, embora possa ser permeada por outras gramáticas históricas.

A partir do exposto, levando às últimas consequências as ideias de nosso autor para estabelecer as bases de uma teoria da história, podemos afirmar que nossas ações são atos sociais e, enquanto se dá no tempo, são necessariamente históricas. Portanto, ao fornecer os parâmetros de nossas práticas e nossos conhecimentos, a gramática acaba por nos situar historicamente. Sua função é exatamente construir em um dado tempo histórico a especificidade dos diferentes valores que atribuímos ao mundo.

Ainda que exposto aqui de modo muito sintético, podemos perceber algumas das frutíferas possibilidades de compreender a história a partir da filosofia de maturidade de Wittgenstein.

Referências bibliográficas

- Wittgenstein, L., *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Trabalho original publicado em 1953.)
- Wittgenstein, L., *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de L. H. Lopes dos Santos. São Paulo: EdUSP, 1993. (Trabalho original publicado em 1921.)
- Wittgenstein, L. *Philosophical investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1953.
- Shapin, S.; Schaffer, S. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- Condé, Mauro L., *Wittgenstein: linguagem e mundo*. São Paulo: Annablume, 1998.
- Condé, Mauro L., *As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004.
- Condé, Mauro L., “Léxico versus gramática na ciência: a virada linguística de Kuhn e o segundo Wittgenstein”. In: Condé, M. L.; Penna-Forte, M. (Orgs.). *Thomas Kuhn e a estrutura das revoluções científicas [50 anos]*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- Kuhn, Thomas, *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Trabalho original publicado em 1962.)

¹ Mauro Lúcio Leitão Condé é Professor Titular de História da Ciência [Historiografia da Ciência] do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG (Linha de pesquisa Ciência e Cultura na História). Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG 31.270-901. E-mail: mauroconde@ufmg.br

Uma primeira versão deste texto foi apresentada na mesa do “Simpósio USP de História da Ciência e Tecnologia: Construindo diálogos Interdisciplinares” da Universidade de São Paulo, em 13 de novembro de 2017.

² A influência maior de Wittgenstein na História se deu no campo específico da história da ciência em autores de grande envergadura como Kuhn (1962) e Shapin e Schaffer (1985). Cf. (Condé, 2013) para uma análise da relação entre Kuhn e Wittgenstein. Para a influência de Wittgenstein em Shapin e Schaffer, cf. (Condé 2017).

³ Para uma abordagem da obra de Wittgenstein, além de seus dois principais livros, o *Tractatus Logico-Philosophicus* e as *Investigações Filosóficas*, cf. (Condé 1998, 2004).

⁴ Naturalmente, essa sequência (usos, regras, pragmática, jogos, gramática, etc.) é aqui um mero modo de exposição, pois todo esse processo ocorre de forma simultânea.

⁵ Talvez, para evitar qualquer semelhança com uma posição metafísica ou transcendental, fosse melhor falar em um a “gramática panorâmica”, pois Wittgenstein observa que a não compreensão da gramática e a, conseqüente, ilusão sobre o que nos cerca é porque a “nossa gramática falta de visão panorâmica (*Übersichtlichkeit*)” (Wittgenstein 1979 [1953], § 122).